

ATA Nº 1ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO JOÃO BAPTISTASESSÃO ORDINÁRIA

----- Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia da Freguesia de São João Baptista, na sala de sessões da Freguesia, sob a Presidência de Carlos Belo Duarte Alfaia, Presidente da Assembleia, que declarou aberta a sessão eram vinte e uma horas e trinta minutos, com a seguinte ordem do dia:

----- **Ponto Um** – Aprovar a ata da sessão anterior -----

----- **Ponto Dois** – Apreciar o Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais -----

----- **Ponto Três** – Apreciar e votar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas relativos ao ano de dois mil e vinte e três -----

----- **Ponto Quatro** – Primeira Revisão Orçamental -----

----- **Ponto Cinco** – Apreciar a Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia --

----- À hora de abertura dos trabalhos estavam presentes os seguintes membros que compõem a Assembleia de Freguesia: -----

----- Em representação do Partido Socialista (PS): -----

- Carlos Alfaia – Presidente -----
- Nuno Marques – Primeiro-Secretário -----
- Cristina Costa – Segunda-Secretária -----
- José Rodrigues -----
- Rosária Castelo -----

----- Em representação do Partido Social Democrata (PSD): -----

- Teresa Martins -----
- Mário Silva -----
- Samuel Carvalho -----
- Fernando Barbosa -----

----- Em representação da Coligação Democrática Unitária (CDU) -----

- Guilhermino Rodrigues -----

----- Em representação do CDS - Partido Popular (CDS-PP): -----

- José Rebelo -----

----- Tendo sido enviadas convocatórias individuais a todos os membros que compõem esta

Assembleia de Freguesia, foram também afixados editais, em tempo, nos lugares públicos da Freguesia, com o anúncio do dia, hora, local da sessão e a respetiva ordem do dia. -----

----- Em representação do órgão executivo, estavam presentes alguns dos seus elementos, o Presidente Rui Maurício, o Secretário José Lopes, a Tesoureira Maria da Conceição Faustino, e o Vogal Manuel Borrego. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia inicia a sessão dando as boas-vindas a todos. Informa que foram recebidos uma justificação de falta, solicitando substituição, por parte do deputado Estevão Silva (PSD) e um pedido de renúncia ao mandato por parte do deputado António Carmo (BE). Informa ainda que os mesmos iriam ser substituídos pelos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, mas que, por motivos imprevistos, nenhum desses elementos, José Feliciano (PSD) e Ana Nogueira (BE), pode estar presente. -----

----- De seguida, o Presidente da Assembleia de Freguesia pergunta se há assuntos por parte das bancadas para o período de antes da ordem do dia. -----

- **PSD – Teresa Martins** diz que tem algumas questões a colocar relacionadas nomeadamente com a marcação da sessão da Assembleia de Freguesia para uma segunda-feira, visto já ter sido solicitada, na sessão anterior, a sua marcação para outro dia da semana e todos os deputados terem anuído, como se encontra transcrito na ata anterior. Lamenta que o tenham feito e considera uma falta de consideração, com todos os argumentos que possam existir. Considera que, se houvesse dificuldades, contactavam-se todos os partidos a fim de agendar uma data que fosse benéfica para todos e que, se o assunto ainda não tivesse sido exposto, era uma situação nova, mas estando registado em ata, não compreende. Refere que gostaria de saber se já existem respostas a algumas das questões colocadas pelo deputado Fernando Barbosa, quanto ao trânsito na Rua Doutor Rui Luís Gomes, à limpeza dos contentores, à calçada da antiga Casa Torres Lopes,... Lembra uma outra questão que tem sido debatida em todas as sessões desde que deixou de existir e que se prende com a disponibilização de vouchers, uma vez que temos prova de que é uma mais-valia para a população e para os comerciantes do Entroncamento, numa altura de uma grande crise sentida por todos. Lembra ainda que o Presidente da Junta de Freguesia já informou que tinha abordado o Presidente da Câmara e que este lhe tinha comunicado que não existia orçamento para essa situação, que em tempo de COVID-19 se justificava. Refere, mais uma vez, que estas questões não devem ser a bel-prazer do Presidente da Câmara, pois está em causa a população, o bem-estar da comunidade. Solicita o favor de o Presidente da Junta de Freguesia diligenciar junto do executivo camarário por escrito essa exigência. Considera que o Entroncamento se encontra cada vez pior e sem iniciativas. Reforça que o Presidente do executivo, ao tomar esta iniciativa, está a representar a Assembleia

e os seus fregueses. Aborda uma outra questão, referindo ser a terceira vez que o faz, que se prende com a obtenção de esclarecimentos relacionados com as reuniões onde a Freguesia está representada: CLASE, Conselho Municipal de Segurança, Equipa para a Igualdade na Vida Local, Comissão Municipal de Proteção Civil, entre outras. Sugere que seja feita uma súmula do que é abordado e de quais as resoluções e que sejam informadas as bancadas dos partidos, por escrito ou verbalmente. Considera ser mais fácil ser o Presidente do executivo ou quem o represente a dar conhecimento dos temas versados e das suas resoluções à Assembleia, enquanto órgão deliberativo, composto por habitantes do Entroncamento representantes da Autarquia, atendendo a que, embora exista uma ata, todos trabalham. Contudo, admite que alguns elementos da bancada podem já estar elucidados. Lamenta, mas não consegue perceber na página seis, no sexto parágrafo, o que é que as fotografias dos Presidentes da Junta têm a ver com a data de comemoração do Aniversário da Freguesia. Relembra que, na Câmara Municipal e na Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, também estão colocadas as fotografias. Questiona se seria mais fácil retirar as fotografias do que alterar a data do aniversário. Relativamente à informação prestada por via do deputado José Canelo sobre a colocação de câmaras de videovigilância por parte do município, pretende saber qual o ponto de situação a vinte e dois de abril do corrente ano, porque, pelo que tem acompanhado pelas reuniões da Câmara, as mesmas já deveriam estar instaladas. Para finalizar, refere que é do conhecimento de todos que a receita não abunda nesta freguesia e que o orçamento é reduzido, sendo a maior parte para encargos fixos. Assim, não consegue perceber o porquê da aquisição de outra viatura, se não há dinheiro. Considera que podem efetuar-se protocolos, que a Câmara podia emprestar quando fosse necessário e que existem muitas outras possibilidades que se poderiam colocar. Questiona sobre o que aconteceu ao Rover que existia, se o deixaram degradar, se não foi conservado. Questiona ainda porque é que esta junta, tão pequena, precisa de um carro novo. Refere que gostaria de saber se, tal como foi falado na última reunião, o executivo está a pensar fazer workshops, seminários e afins junto dos comerciantes para terem ideias com vista a reavivar o comércio e questiona qual o ponto da situação. Indaga ainda se neste ato eleitoral haverá voto antecipado. Pede ao executivo, na pessoa do Presidente, uma relação dos atestados emitidos de janeiro a março de dois mil e vinte e quatro, a cidadão estrangeiros e a entroncamentenses. -----

- **PSD – Fernando Barbosa** refere que existem problemas gravíssimos em relação á Rua D. João II, desconhecendo-se o que é feito da PSP na cidade. Enumera três situações relacionadas com o estacionamento na Rua D. João II, antes de chegar ao Ginásio, antiga Casa do Cadete, onde se encontram carros estacionados onde não devem, sempre os mesmos, de manhã à noite: o do guarda-republicano, o da Loja dos Tecidos e o do

dono do Ginásio. Refere que a polícia passa e não faz rigorosamente nada e assegura que já várias pessoas contactaram a PSP e ninguém liga. Diz ainda que cada vez existem menos estacionamento, que existem carros abandonados na Rua D. João II e na Rua Doutor Rui Luís Gomes, há mais de dois anos, e que, na Rua Doutor Rui Luís Gomes, no local de cargas e descargas, está, há dois meses, um carro abandonado, avariado, que tem lá o triângulo. Relativamente à Rua Luís Falcão de Sommer, considera que os pilaretes deveriam ser removidos pelo Município, porque as grelhas se encontram danificadas devido ao uso abusivo de viaturas pesadas, trotinetes, bicicletas, carros dos CTT, sendo principalmente o sanitário das senhoras que andam a passear os cães. Refere que, se alguém tiver o infortúnio de lá cair e partir uma perna, será complicado e que, se o repuxo não for para funcionar, deve ser fechado. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia retoma a palavra para afirmar que está solidário com a deputada Teresa Martins, afirmando que a próxima reunião não irá ser a uma segunda-feira. Seguidamente, questiona se mais algum deputado tem algo a acrescentar. -----

- **CDS – José Rebelo** relembra que já havia referido que sessões à segunda-feira não lhe eram muito favoráveis, estando solidário com a questão. Expõe duas questões. A primeira prende-se com o estacionamento no Parque Subterrâneo, solicitando ao Presidente da Junta que interceda junto da Câmara Municipal para que possa ser arranjada uma solução para o portão de saída dos carros, que deveria encerrar às vinte e quatro horas e tal não ocorre, porque o mesmo está avariado há três, quatro ou mais meses. Refere que o assunto já foi devidamente apresentado à Câmara Municipal e que não tem existido resposta. Esclarece que a situação é recorrente, porque se não está o portão de saída de viaturas avariado, está o de entrada ou está o da entrada e saída das pessoas, que não tranca. Observa que o facto é que a segurança das viaturas deveria estar garantida durante a noite e tal não se verifica. Refere que a vigilância que existe é executada à distância, demorando algum tempo, após acionarmos o intercomunicador, até conseguirmos falar com alguém. Tem verificado que a frequência daquele espaço tem sido menos positiva e que arremessam pedras para as rampas, aquando da passagem de viaturas. Tem verificado ainda a presença de pessoas dentro do parque fora de horas, a beber e a deixarem lá resíduos. Apresenta uma outra questão que se prende com a localização das mesas/assembleias de voto no último ato eleitoral/eleições legislativas no Quartel dos Bombeiros Voluntários. Considera que este não é um espaço que possua as condições dignas devido ao barulho. Refere que, com o aproximar das Eleições para o Parlamento Europeu, seria aconselhável ter essa situação acautelada. Relembra, inclusive, que vai ser a primeira vez que vão ser utilizados meios digitais para acesso aos cadernos eleitorais. Explica que as pessoas na globalidade se queixaram da distância que têm de percorrer, pois são maioritariamente idosos. Relembra que esta solução foi

acolhida, sustentada em situação de COVID-19, o que, neste momento, já não se justifica. Aproveita para lembrar a questão da modernização do website e questiona se existe alguma novidade nesse sentido, apresentação de propostas, levantamento de requisitos ou se já foram identificados serviços que pudessem ser incluídos. Aproveita para alertar e questionar se os erros que existiam na caracterização dos deputados da Assembleia de Freguesia já foram corrigidos, pois verifica que o partido do Vogal do executivo ainda continua mal identificado e que alguns deputados da Assembleia não se encontram identificados com as fotografias. Refere ainda que as atas das reuniões do executivo no período compreendido entre dois mil e dezassete e dois mil e vinte não se conseguem aceder, sendo que, quando selecionadas, é apresentada uma mensagem de erro dizendo que o ficheiro não está disponível. -----

- **PSD – Mário Silva** refere que tem duas questões para apresentar. Começa por afirmar que o parque de estacionamento térreo que é cedido pelo Senhor Almeida parecia mais a piscina municipal em obras, aquando das últimas chuvadas. Considera que já era altura de a edilidade pensar em alterar o piso, para que as pessoas, quando quiserem utilizar o parque, o façam com a devida segurança. Observa que, de manhã, estacionam o carro sem dificuldades e, à tarde, já têm dificuldade em retirar a viatura, porque o terreno está inundado. Termina, fazendo o reparo de que, da sua janela, visualiza um terreno circundado por placas metálicas cheio de ervas/matagal e que também se encontram lá três viaturas abandonadas. -----
- **PS – José Canelo** refere que, para reavivar o comércio, seria importante a colocação de umas telas tensionadas de um material impermeável que fizessem ensombramento no Verão e, no Inverno, acautelassem os transeuntes, para dinamizar o comércio, pois este está em decadência. Recorda que o Entroncamento já foi a sétima cidade do país com maior expressão de comércio. Considera que não teria um custo tão valoroso, face às obras que se estão a pensar fazer, nomeadamente a biblioteca e outras situações de maior envergadura e que atrairia mais pessoas, pela qualidade. No seu entender, os horários de abertura ao público também teriam de ser repensados/reorganizados, porque quem trabalha tem o horário compreendido entre as nove e as dezanove horas e as lojas têm precisamente o mesmo horário. A população opta pelas grandes superfícies porque o horário é mais alargado, entre as nove e as vinte e duas horas, permitindo-lhes realizar as compras necessárias. Considera que esta situação deveria ser repensada à imagem dos espanhóis, isto é, encerrar-se das quinze às dezoito e abrir portas das dezoito às vinte e uma/vinte e duas horas. Observa que poderia dar alguma vida à cidade, mas teria de ser um pensamento geral, se calhar até por parte da associação dos comerciantes. Refere que estas pequenas mudanças viriam dar alguma segurança à cidade, aliando uma coisa à outra. Compara a situação à política do deixar andar, tudo baralhado, porque

não existem ideias ou coisas novas a surgir. Alude à situação do espaço da Zona Verde, que está como está, considerando que, se estivesse lá um barzinho centralizado naquela oval e não o quiosque que lá existe, um lago como deve ser e um parque para crianças, existiria outro embelezamento e haveria movimento no próprio jardim, retirando a insegurança e promiscuidade que lá existe há longos anos. Alude ainda à situação do cineteatro, em que deveria haver sempre atividade, aproveitando-se todos os fins de semana e, de quinze em quinze dias, um programa com as associações da cidade, à imagem do que acontece em Torres Novas, que tem evoluído bastante, sempre com um cartaz muito atrativo. Considera que são dinâmicas destas que é preciso criar no Entroncamento para tentar colmatar a insegurança que se instalou, sendo importante manifestar essa intenção junto da Câmara Municipal. -----

- **PSD – Teresa Martins** acha muito importante a intervenção do deputado José Canelo, concordando plenamente. Refere, aliás, que, quando falou nas telas para colocação na pedonal, verificou ser à semelhança do que acontece em Águeda, que tem os chapéus de chuva. Considera que o papel dos deputados da Assembleia de Freguesia é muito importante e deixa uma sugestão ao executivo, principalmente ao Senhor Presidente do executivo, na expectativa de que os restantes elementos o acompanhem e ajudem: o deliberativo sugere e o executivo pode concretizar elaborando um documento escrito com estas intenções/sugestões que o Presidente poderá apresentar na Assembleia Municipal, porque tem assento, voz, palavra e pode exercer o direito de voto. Prossegue, assegurando que, caso o executivo da Câmara não execute, a Assembleia de Freguesia estará presente para ajudar a resolver. Ressalva que mantém a sua indignação em relação à não existência dos vouchers, retorquindo que o dinheiro é de todos, porque todos pagam impostos. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia interroga o público presente se quer intervir. Como ninguém se manifesta, passa à ordem do dia. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto Um – Aprovar a ata da sessão anterior** -----

----- O Presidente questiona as bancadas se têm algo a dizer acerca da ata. Como ninguém se manifesta, agradece ao deputado do CDS-PP, José Rebelo, pela colaboração na correção da ata, frisando que será sempre bem-vinda. De seguida, passa à sua votação. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Aprovada, por unanimidade, a ata da sessão anterior, ata número treze. -----

----- **Ponto Dois – Apreciar o Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais** -----

----- O Presidente questiona as bancadas se têm algo a dizer acerca do ponto número dois.

- **PSD - Teresa Martins** refere que tem uma questão que se prende com o facto dos valores do Inventário não se encontrarem atualizados, presumindo que o que têm na mão seja um acrescento. Verifica que se adquiriram umas cadeiras “gaming”, dizendo desconhecer que se joga na Junta de Freguesia. Refere também a aquisição da viatura, a que já aludiu anteriormente. Não vê problema quanto a telemóvel, carregador, micro-ondas, pois poderá existir alguém que faça as refeições nas instalações. Refere que, quanto às cadeiras “gaming” e à viatura, não consegue entender. -----

----- O Presidente da Assembleia pergunta ao Presidente da Junta de Freguesia se quer responder agora ou se será melhor responder a todas as perguntas no final. -----

----- **Ponto Três – Apreciar e Votar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas relativas ao ano de dois mil e vinte e três** -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia questiona as bancadas se têm algo a dizer acerca do ponto número três. -----

  - **PSD – Teresa Martins** refere que, relativamente ao Relatório de Gestão e Prestação de Contas, existem algumas dúvidas e questões para colocar. Diz que, no âmbito da receita, reparou que não existe nenhum investimento de grande monta, mas que foram retirar cerca de quatro mil euros à gerência anterior, questionando a que se deveu tal facto. Observa que se gastou mais do que se arrecadou por algum motivo e que não há obra feita. Em relação aos atestados, verifica que houve um fluxo elevado, para obterem quase sete mil euros, não se recordando de valores como esses em anos anteriores. Verifica também, na rubrica dos atestados, receitas de cem por cento, questionando se a rubrica não foi retificada ou a previsão mal calculada. Ainda no âmbito da receita, menciona que a previsão do protocolo com o Município era de sete mil euros e só se recebeu trinta e sete vírgula oitenta e sete por cento, o que equivale a cerca de dois mil seiscentos e cinquenta euros e oitenta e oito centimos, perguntando porque é que o protocolo não foi cumprido e qual é a sua base. Passando à despesa, no que concerne ao capítulo “Despesa com Pessoal – Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença”, questiona quem se encontra a recibos verdes, dizendo desconhecer que exista alguém. Refere também que, sabendo que a Junta de Freguesia possui uma viatura própria, tendo, entretanto, adquirido uma outra, lhe suscitou algumas dúvidas o facto de não existir despesas com gasolina ou gasóleo, questionando se existe algum protocolo com o Município ou outra entidade ou se o carro que adquiriram é elétrico. Observa que, na rubrica 02.02.20, “Outros Trabalhos Especializados”, mencionam-se dois mil trezentos e cinquenta e dois euros e setenta e cinco centimos, questionando a que dizem respeito. Acrescenta que a rubrica 04.08.02.02.01, “Alimentação de Apoio Social”, tem uma execução de cinquenta vírgula noventa e dois por cento, cerca de seis mil euros, e não percebe o porquê. Questiona se terão existido pequenos arranjos nas escolas, pois não

compreende os dois mil e setenta e oito euros vírgula noventa e um cêntimos mencionados. Repara que a orgânica “Instituições – Alimentação – Refeições confeccionadas” tem uma execução de dois mil cento e dez euros e oitenta e cinco cêntimos, perguntando de que refeições se tratam, e que a rubrica 02.01.15, “Prémios, condecorações e ofertas”, tem uma execução de oito mil trezentos e noventa e um euros e vinte e dois cêntimos, questionando se só foram feitas ofertas, se não há donativos e, havendo, como é que foram atribuídos. Por fim, refere que gostaria de se congratular, porque quando pede e fala nas coisas é para bem de toda a Freguesia. Explicita, dizendo que o que quer frisar é que, desta vez, a Certidão da DGAL acompanhou a documentação e os lançamentos estão em consonância. Contudo, acrescenta que ainda falta o Mapa de Transferência de Competências do Estado com o valor e que o Mapa de Transferências do Município está a zeros. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia pergunta se mais algum deputado quer intervir em relação a este ponto. Como mais ninguém se pronuncia, passa a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia remete as explicações para o Senhor Hélder Santos, contabilista da Junta de Freguesia. -----

- **Hélder Santos** explica, relativamente às questões relacionadas com a Prestação de Contas, que nomeadamente a receita ser inferior à despesa foi um facto que ocorreu porque, no final do ano, se adquiriu o veículo e esse valor de aquisição repercutiu-se, fazendo a despesa aumentar, não tendo nada a ver com buraco ou descontrolo nas contas. Acrescenta que, relativamente ao facto de as receitas provenientes do Município serem de baixo valor, no Entroncamento, não existem protocolos, nem delegação de competências entre o Município e as duas Juntas de Freguesia. Detalha que o que existe de transferências são verbas de compensação sobre os trabalhadores do Centro de Emprego que se encontram a trabalhar e que a previsão é sempre feita por alto e depende muito da sua execução, em função da quantidade de trabalhadores do Centro de Emprego que sejam colocados por esta freguesia, a pedido da Câmara Municipal. No que diz respeito aos atestados, refere que os valores cobrados foram muito mais elevados do que aquilo que se tinha previsto, esclarecendo que não havia tal previsão do executivo, nem dele enquanto técnico. Assegura que, de um momento para o outro, existiu um maior afluxo às freguesias a solicitar a emissão de atestados por emigrantes oriundos de diversos países. Explica que não foi feita nenhuma retificação à verba porque, apesar de percentualmente se ter ultrapassado, em termos de volumetria, não se justificava fazer uma revisão ao Orçamento. Esclarece que mesmo as rubricas da receita ficariam abaixo daquilo que eram as previsões de cobrança, como é o caso da Câmara Municipal. Clarifica que a rubrica 01.01.07, “Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença”,



respeitante aos recibos verdes, se refere à avença que possuem com o contabilista. Relativamente ao gasóleo ou gasolina, deixa as explicações para o Senhor Presidente. Expressa que, relativamente à rubrica “Outros Trabalhos Especializados”, não se recorda em concreto do que está composto dentro da 02.02.20. Sugere que, para não estar a fornecer informações erradas à Assembleia, se assim o entenderem, se possa posteriormente emitir um extrato de conta e fornecer-se a cada deputado ou bancada. Alvitra a hipótese de ser referente à fotocopiadora, mas admite que entre o achar e o ser, por vezes, vai uma grande diferença. No que diz respeito à alimentação de apoio social, às refeições das escolas e aos prémios, condecorações e ofertas, deixa também para o Senhor Presidente responder. Refere ainda que, na composição do relatório, o Mapa de Transferência de Competências do Estado e do Município está a zeros, porque não existe delegação de competências do Estado, nem do Município, na Freguesia, concluindo que, não existindo acordos firmados, os mapas não existem à luz da Lei. ---

- **PSD – Teresa Martins** remata que, ao consultar as notas, a questão a abordar prender-se-ia com o facto de, sabendo que o Senhor Hélder presta serviço nesta Junta de Freguesia, saber qual o valor abonado e qual a rubrica que o suporta. -----
- **PSD – Samuel Carvalho** refere que, em relação à aquisição do Dacia Duster, em que estavam previstos vinte mil euros e custou dezanove mil seiscentos e sessenta e oito euros e sessenta e oito cêntimos, é positivo ter ficado abaixo do previsto. Acrescenta que gostaria de saber se já foi utilizado, porque não existem valores suportados com gasolina, nem gasóleo e que, por outro lado, gostaria de saber o que é que aconteceu à viatura Rover. Diz que não verificou a entrada de nenhuma receita proveniente de venda ou abatimento da viatura e, por isso, acredita que ainda pertença ao património da Freguesia. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia dá a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia para que este esclareça as questões que entender. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia refere que, em relação ao apoio social, este está relacionado com a Cáritas. Em relação à questão da gasolina, explica que a viatura adquirida funciona com gasolina e com gás, GPL. Em relação ao Rover, destaca que o motor já gripou duas vezes e que, segundo os peritos, não faria sentido qualquer tipo de reparação. Garante que os documentos para abate já estão todos tratados, sendo necessário aguardar. Conclui, afirmando que as dúvidas estão todas esclarecidas e sugerindo que se passe à votação. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia retoma a palavra, sendo interrompido pela deputada Teresa Martins, que afirma não estar ainda esclarecida. O Presidente da Assembleia de Freguesia retorque que não irão entrar em diálogo e que a deputada está constantemente a colocar questões. Aponta que a deputada colocou as questões e que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia respondeu, devendo, caso não esteja satisfeita com as respostas, colocar as novas



questões por escrito, havendo lugar a resposta também ela por escrito. Refere que a deputada não tem o direito de monopolizar a reunião, mas, para evitar outras situações, dá-lhe permissão para falar. -----

- **PSD – Teresa Martins**, não satisfeita por lhe cortarem a palavra, refere que é vinte e dois de abril de dois mil e vinte e quatro e que, para bom entendedor, meia palavra basta. Destaca que não tem sido hábito nesta casa cortar-se a palavra a ninguém, nunca tendo acontecido, e que não está a fazer figura de corpo presente, tendo o direito de ser esclarecida, para poder esclarecer os munícipes/fregueses. Afirma que não estão na Câmara para ter de colocar as questões por escrito. Relativamente à primeira questão que quer colocar, refere que, além de não concordar com uma segunda viatura nesta casa, se o motor da outra viatura gripou, é porque não foi devidamente tratado. No que diz respeito à segunda questão, destaca que esta freguesia tem um orçamento muito parco, muito pequeno, não se entendendo porque é que se está a gastar dinheiro numa viatura nova. No que concerne à terceira questão, refere que estamos na era da sustentabilidade, das preocupações ambientais e dos problemas ecológicos e que esta junta vai comprar um carro que é a gasolina e a gás, quando já há elétricos e híbridos. Observa que “é tudo umas coisas em cima de outras”. Lamenta, mas salienta que, tendo representatividade nesta freguesia, tem todo o direito de fazer ouvir falar a voz dos fregueses e dos entroncamentenses. Alerta que não é correto estar a comprar um carro a gasolina e a gás, que não se entende e solicita que fique registado o protesto do PSD.

----- O Presidente da Junta pede a palavra ao Presidente da Assembleia de Freguesia, afirmando, de seguida, que a senhora deputada desconhece como é que trabalha um carro GPL, a gasolina e a gás, asseverando que a ignorância deve ser grande. Esclarece que a viatura funciona exclusivamente a gás, só necessitando de gasolina para começar a trabalhar. Informa que o executivo entendeu que era o carro indicado para a Freguesia, sendo que um híbrido seria muito mais caro, custando o dobro. Refere que não fazia sentido com pouco dinheiro ir adquirir um carro tão caro para andar tão pouco. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia, no uso da palavra, coloca o documento do Relatório de Gestão e Prestação de Contas relativas ao ano de dois mil e vinte e três a votação.

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Aprovado, por maioria, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas relativas ao ano de dois mil e vinte e três, com uma abstenção do deputado Samuel Carvalho do PSD e três votos contra dos restantes deputados do PSD, nomeadamente Teresa Martins, Fernando Barbosa e Mário Silva. -----

----- **Ponto Quatro – Primeira Revisão Orçamental** -----

----- O Presidente da Assembleia questiona as bancadas se têm algo a dizer acerca do ponto número quatro. Como nenhum deputado se pronuncia, passa a palavra ao Senhor Presidente da

Junta de Freguesia, que começa por afirmar que a Revisão Orçamental é para encaixar o saldo da gerência anterior no valor de setenta e nove mil trezentos e vinte e quatro euros e oitenta e seis cêntimos. Acrescenta que esta verba tem de ser encaixada em diversas rubricas e não só em uma ou duas. Explica que, em conjunto com a Senhora Tesoureira, se reforçou “Pessoal em funções”, “Subsídio de refeição”, “Segurança Social”, “Aquisição de bens e serviços”, “Limpeza e higiene das escolas”, “CAF, Componente de Apoio à Família”, “Trabalhos especializados”, “Bolsas”, “Alimentação de apoio social”, “Parques e jardins” e “Sinalização e trânsito”. Esclarece ainda que foram encaixadas verbas mais pequenas noutras rubricas para ficar equacionado o valor total, mas que foram referidas as mais importantes. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia, no uso da palavra, coloca o documento da Primeira Revisão Orçamental a votação. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Aprovada, por maioria, a Primeira Revisão Orçamental, com quatro abstenções do PSD, nomeadamente, Teresa Martins, Fernando Barbosa, Mário Silva e Samuel Carvalho. ----

----- **Ponto Cinco – Apreciar a Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia**

----- O Presidente da Assembleia, questiona as bancadas se têm algo a dizer acerca do ponto número cinco. -----

- **PSD – Teresa Martins** refere que, ao ler a Informação, constatou que continuam a aparecer donativos/materiais honoríficos que não são quantificados. Lembra que essa questão já foi abordada diversas vezes e diz que, nem que seja por estimativa, deve haver um valor, um custo. Aponta a participação aos bombeiros de cem fitas porta-chaves, o 1º Encontro do quadro de Honra dos Bombeiros com cinquenta porta-chaves, a Casa do Benfica com seis cartazes e vinte flyers, que, sendo feitos na fotocopiadora da Junta, cada fotocópia tem um preço, podem dessa forma ser quantificados. Recorda que, em determinada altura, as fotocópias tinham um preço. Menciona que o mesmo acontece com o Agrupamento 542, com a oferta de dez fitas porta-chaves, com a oferta de mais 50 fitas porta-chaves na III Feira da Educação, Formação e Empregabilidade. Reforça que, com valores, se conseguia ter a noção de quanto é que se dá a cada um dos pedidos. Diz que, no Contrato de Delegação de Competências acordado com a Câmara, tinham colocado a pergunta de “quanto”, mas já foram elucidados pelo técnico de contas. Pergunta se o contrato de aluguer da fotocopiadora é novo ou se já existe, acreditando que o da água seja a continuação. Assegura que estas situações não estão explicadas. Questiona as “Ajudas de custo – Quilómetros”, o “Alojamento dos Presidentes”, o “Pagamento de inscrição no Congresso da ANAFRE”, as refeições, as portagens. Refere que existe representação da Freguesia nas várias reuniões que já foram frisadas – CLASE, Conselho Municipal de Segurança, Equipa para a Igualdade na Vida Local, Proteção Civil, Eco-Escolas – e refere que não são detentores de informação nenhuma dos temas versados nas referidas reuniões. Faz também alusão ao jantar de Natal com o executivo, as funcionárias e o Presidente

da Assembleia de Freguesia no valor de duzentos e noventa e seis euros. Pergunta como é que é feito o jantar e qual a sua comparticipação e passa a explicar que não está em causa a quantia, que o que está em causa é se é do orçamento da Junta que é pago o jantar na totalidade ou se alguém comparticipa. Refere que, no entendimento da bancada do PSD, as funcionárias não devem pagar o jantar, mas ao executivo e a outros elementos que estejam presentes, como o orçamento é parco e os autarcas estão a meio tempo, ficaria muito bem que não fosse o orçamento da Junta a suportar a totalidade do jantar. Relembra que todos estão com o espírito de missão, para defender a terra, as pessoas, não concordando com o jantar “à borla”, nem que se paguem ou ofereçam bilhetes. Reafirma que as funcionárias, sim, devem ter direito, até porque, infelizmente, ganham mal, mas que os autarcas todos têm profissões ou reformas e não tem de ser o orçamento da Junta a pagar estas coisas, podendo-se comparticipar uma ínfima parte. -----

- **PS - José Canelo** refere que é da opinião de que, pela Informação do Senhor Presidente, está bem patente o apoio às várias instituições, naquilo que é possível. Saliencia duas situações, o reforço na limpeza das escolas, devido ao aumento dos alunos, e o reforço às pessoas carenciadas, pois o nosso apoio é demasiadamente importante na parte social. Admite que existe uma questão que a deputada Teresa não referiu, mas que lhe faz alguma confusão. Menciona a noite de fados solidária, na altura da angariação de fundos para a Beatriz Morgado – Pipoca, questionando se, tendo sido uma situação solidária, não teria sido de bom tom os artistas participantes o terem feito de uma forma gratuita. Refere que foi só solidária da parte de quem o promoveu, não dos artistas, sendo que eles é que ficaram bem na fotografia, mas ganharam com o espetáculo, que deveria ser em tudo solidário. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia dá a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia para que este esclareça as questões que entender. -----

----- O Presidente da Junta refere, pegando na última frase do deputado José Luís Canelo, que não foi uma solidariedade a cem por cento dos artistas, mas que houve alguma, porque os cachets foram bem mais acessíveis. Revela que três artistas cobraram só o arranjo do cabelo e mais dois guitarristas e que a Ana Láins costuma cobrar o triplo do que nos cobrou e que ainda do seu cachet doou metade à Beatriz Morgado – Pipoca. Debruça-se, seguidamente, sobre as questões que lhe foram colocadas ao longo da sessão. Refere que, sobre as reuniões à segunda-feira, não houve falta de consideração nenhuma, nem vingança, detalhando que a mesma era para se realizar na terça-feira, mas havia elementos do executivo que não podiam estar presentes e que depois era a Assembleia Municipal e depois o feriado. Assume que, assim, só restava a segunda-feira. Em relação à Rua Rui Doutor Luís Gomes e à Rua D. João II, refere que quase todos os dias o assunto é abordado e que não consegue fazer mais nada em relação ao mesmo. Em relação aos vouchers, refere que voltou a abordar o assunto, que a resposta que obteve foi a mesma, a de que não há orçamento, e que, mesmo que a pergunta seja feita por escrito, a resposta

será sempre a mesma, tendo confiança na palavra do Presidente da Câmara Municipal. Em relação às fotografias, esclarece que foi uma conversa ligada à ata de alteração da data do aniversário da Freguesia. Acrescenta que não foi para serem retiradas, porque estão muito bem colocadas, graças a Deus. Informa que as câmaras de videovigilância estão entregues ao comando geral da PSP, que já existem locais definidos, mas que o Presidente não sabe quais, só faltando começarem a ser colocadas. Destaca ainda que estes são assuntos debatidos no Conselho Municipal de Segurança e que está para haver ou já houve uma reunião com uma associação de guardas noturnos, a fim de os mesmos regressarem ao Entroncamento. No que diz respeito aos dejetos dos canídeos, refere que a Junta de Freguesia adquiriu umas placas, com os artigos e as coimas a aplicar, que se as quiserem ver, podem ser mostradas e que a Câmara vai colaborar com a colocação das mesmas nos vários locais da Freguesia, que ainda não estão definidos. Respondendo ao deputado José Rebelo, questiona qual é o portão que está avariado. Explica que, no desdobramento das mesas de voto, se retiraram as mesas colocadas na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento, passando a vigorar cinco mesas no Centro Cultural e quatro mesas no Cineteatro São João. Comunica que não vai haver cadernos eleitorais, que cada escrutinador vai ser detentor de um computador, que vão ter um dia de formação e que cada mesa vai ter um técnico informático para apoio aos escrutinadores. Esclarece que qualquer pessoa vai poder votar em qualquer mesa, seja eleitora desta freguesia ou de qualquer outra, mesmo fora da área geográfica de residência. Acrescenta ainda que o voto antecipado se mantém, explicando que as pessoas procedem à inscrição dentro das datas-limite e exercem o direito ao voto no dia dois de junho, no Centro Cultural do Entroncamento. Em relação às reuniões do Conselho Municipal de Segurança, informa que foi aprovado o Plano de Emergência Municipal. Regista que foi feita uma avaliação sobre a Proteção Civil e o combate a incêndios, que foi falado, como já referiu, nos guardas noturnos e que se abordou o tema das câmaras de vigilância. Anuncia que as Festas da Cidade decorrerão de vinte e um a vinte e nove de junho. Informa que houve duas reuniões do Conselho Municipal de Educação, onde foi aprovada a Carta Educativa, tendo havido lugar a um conselho extraordinário, a pedido do Diretor Distrital, para abordar um possível aumento de turmas no Entroncamento, no próximo ano letivo, de três grupos no pré-escolar e quatro turmas no primeiro ciclo, funcionando na Escola António Gedeão, em monoblocos devidamente climatizados. Refere que foi aprovada no CLASE, Concelho Local de Ação Social, nas várias reuniões que se realizaram, a ajuda a pessoas em situação de risco/necessitadas, com problemas psiquiátricos, entre outros. Informa que, numa das reuniões, se abordou o aumento da creche do Jardim Escola João de Deus para mais dezasseis crianças. Informa também que vai haver um aumento do Lar da Santa Casa da Misericórdia, onde vai ser instalada uma creche para cerca de cem crianças, com dois berçários para dez crianças, criando dezoito postos de trabalho e que, no Lar dos Ferroviários, vai ser também instalada uma creche para quarenta e seis crianças.

Refere que o Lar dos Ferroviários vai celebrar um acordo/parceria com o CERE para terem uma horta com pomar e animais domésticos. Em relação ao tema das ajudas de custo, esclarece que teve a ver com a deslocação dos Presidentes da Junta e da Assembleia de Freguesia ao XVII Congresso da ANAFRE, realizado nos dias vinte e seis e vinte e sete de janeiro na Figueira da Foz. Quanto ao jantar de Natal, informa que foi participado na totalidade pela Junta de Freguesia. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra á deputada do Partido Social Democrata. -----

- **PSD – Teresa Martins**, para terminar, informa que teve conhecimento da existência de um protocolo com uma associação denominada “Dignidade”, onde as pessoas carenciadas se inscrevem e, preenchendo os requisitos que essa associação determina, têm direito aos medicamentos completamente gratuitos. Salienta que é uma associação a nível nacional e que, na nossa cidade, poderá haver pessoas que reúnam todas as condições para estarem inseridas na mesma. -----

----- Por proposta do Presidente da Assembleia e de acordo com o número três do artigo décimo quarto do capítulo quinto do Regimento desta Assembleia de Freguesia e o número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco / dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia de Freguesia delibera, por unanimidade, aprovar em minuta para efeitos imediatos, as deliberações aprovadas e tomadas nesta sessão, após a sua leitura. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão eram vinte e três horas e trinta e oito minutos e para constar se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia de Freguesia e por mim, Adelina Maria Durão de Bastos, assistente técnica, que a lavrei. -----

---

Adelina Maria Durão de Bastos

---